



ATA N.º 47

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA AAUAb

Aos onze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, pelas vinte horas e trinta minutos, realizou-se, por vídeo-conferência através da plataforma digital Zoom, a Assembleia Geral Ordinária da Associação Académica da Universidade Aberta (AAUAb), convocada nos termos estatutários pela Mesa da Assembleia Geral em vinte e sete de agosto de dois mil e vinte e seis.

A sessão foi aberta às vinte horas e trinta minutos pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, António Tavares (Sócio n.º 1121), contando com o apoio da Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral, Madalena (Mádá) Rodrigues (sócia n.º 2259) e com o apoio técnico-informático do Secretário da Direção, Fábio Oliveira (sócio n.º 1867).-----

À hora fixada na convocatória (20h30), o Presidente da Mesa procedeu à verificação do quórum registado na sala virtual. Constatou-se a ausência do quórum estatutariamente exigido de maioria absoluta dos associados efetivos para que a Assembleia Geral pudesse deliberar em primeira convocação. Em virtude dessa situação, e em estrito cumprimento do disposto no Artigo 24º, nº 2 dos Estatutos da AAUAb, a reunião foi formalmente suspensa pelo período de trinta minutos, sendo determinado o seu adiamento para as vinte e uma horas, altura em que a Assembleia reabriu com carácter deliberativo, com o número de associados presentes.-----

Durante o período de acolhimento e verificação de presenças na plataforma digital, procedeu-se ao registo dos participantes mediante a indicação do respetivo nome e número de sócio no chat da reunião, assegurando a validação da qualidade de associado efetivo para efeitos de participação e exercício do direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral. -----



De seguida, o Presidente da Mesa propôs de alteração da Ordem de Trabalhos, com a inclusão de um ponto relativo à aprovação do Regulamento dos Delegados Regionais, Locais e Responsáveis da Associação Académica da Universidade Aberta, passando a Ordem de Trabalhos a integrar cinco pontos.-----

Fixou-se a seguinte Ordem de Trabalhos definitiva:

- **Ponto 1:** Aprovação da Ordem de Trabalhos;
- **Ponto 2:** Aprovação do Regulamento dos Delegados Regionais, Locais e Responsáveis da AAUAb;
- **Ponto 3:** Aprovação das Contas dos Corpos Sociais do biénio 2024–2026;
- **Ponto 4:** Aprovação do Plano de Atividades da Direção para o ano letivo 2026/2027;
- **Ponto 5:** Outros assuntos de interesse geral.

Relativamente ao ponto 1, aprovação da Ordem de Trabalhos, submetida a votação eletrónica via enquete Zoom, registaram-se **43 (quarenta e três) votos** emitidos em 48 elegíveis, apurando-se **39 (trinta e nove) votos a favor, 0 (zero) votos contra e 5 (cinco) abstenções**. A Ordem de Trabalhos foi **APROVADA POR MAIORIA**. -----

No que diz respeito ao ponto 2 em discussão, aprovação do Regulamento dos Delegados Regionais, Locais e Responsáveis da AAUAb, o Presidente da Mesa informou que já existia um regulamento anterior, tendo sido introduzida uma alteração na sua redação.

Joaquim Bompastor (sócio n.º 820), solicitou que fosse esclarecido, de forma resumida, em que consistia a alteração introduzida, uma vez que conhecia o regulamento anterior. O Presidente da Mesa indicou que a alteração consistia na introdução do termo e da figura do “Responsável”.



A Presidente da Direção, Fernanda Mestre (sócia n.º 1383), esclareceu que as Delegações Regionais e Locais passaram a integrar equipas constituídas por um Responsável da Associação Académica e por Delegados Regionais e Locais. Explicou que a criação desta figura decorreu da necessidade de assegurar um acompanhamento mais próximo aos Delegados, na sequência de situações em que alguns destes haviam manifestado sentir falta de apoio da Associação. Referiu ainda que as equipas foram pensadas para ser constituídas por três a cinco elementos, sendo um deles membro dos órgãos sociais da Associação, com o objetivo de garantir uma presença mais ativa da Associação nos diferentes locais.-----

Através do chat, foi colocada por Vera Oliveira (sócia n.º 1754) a questão sobre quais tinham sido concretamente as alterações introduzidas, quem as tinha aprovado e qual a respetiva data. O Presidente da Mesa esclareceu que a alteração havia sido aprovada pela Direção, que a data de aprovação constava do documento e que o mesmo se encontrava assinado digitalmente e publicado na plataforma da Associação.-----

Não havendo mais intervenções, procedeu-se à votação do novo Regulamento dos Delegados Regionais, Locais e Responsáveis da Associação Académica da Universidade Aberta, tendo o mesmo sido aprovado, com **36 (trinta e seis) votos a favor, 11 (onze) votos contra e 4 (quatro) abstenções**.-----

O Regulamento dos Delegados Regionais, Locais e Responsáveis da AAUAb foi APROVADO POR MAIORIA. -----

No ponto 3 da Ordem de Trabalhos (aprovação das Contas dos Corpos Sociais do Biénio 2024–2026), o Presidente da Mesa enquadrou o ponto, recordando que as contas do exercício de 2025 haviam sido anteriormente rejeitadas em Assembleia Geral, tendo sido solicitada à Direção cessante informação mais pormenorizada sobre as despesas e o complemento da informação relativa ao exercício de 2026 até à tomada de posse dos atuais Órgãos Sociais. Informou ainda que as contas do biénio



2024-2026 haviam sido objeto de análise e parecer pelo atual Conselho Fiscal e se encontravam publicadas na plataforma da Associação. -----

No debate, Jorge Marques (sócio n.º 1419) questionou o teor do parecer do Conselho Fiscal, designadamente a referência a situações que revelariam insuficiências ao nível da prudência e do controlo da execução da despesa, procurando esclarecer se, não obstante não terem sido identificadas discrepâncias contabilísticas, existiam questões ao nível da gestão.-----

João Batista, Presidente do Conselho Fiscal (sócio n.º 1041), esclareceu que as contas disponibilizadas haviam sido analisadas com a colaboração da anterior Tesoureira, tendo sido facultados os documentos e prestados os esclarecimentos solicitados. Referiu que não haviam sido encontradas omissões nos documentos analisados e que, do ponto de vista documental, contabilístico e financeiro, as despesas se encontravam suportadas por faturas, recibos ou outros documentos, não tendo sido encontradas discrepâncias. Esclareceu, contudo, que o parecer refletia a apreciação do Conselho Fiscal relativamente a determinadas opções de despesa, nomeadamente despesas de deslocação, despesas associadas a encontros nacionais e outras despesas relativamente às quais não havia sido possível identificar benefício direto para os sócios. Referiu ainda que o atual Conselho Fiscal apenas dispunha dos elementos relativos ao período que lhe fora disponibilizado e que o parecer tinha natureza opinativa.-----

Ana Piriquito (sócia n.º 2037), solicitou esclarecimentos sobre determinadas despesas extraordinárias, questionando a respetiva natureza e utilidade e, em particular, a realização de despesas de alojamento de valor elevado, referindo como exemplo a utilização de um hotel de cinco estrelas. Manifestou o entendimento de que determinadas opções de gestão da anterior Direção deveriam ser objeto de esclarecimento aos sócios e qualificou algumas dessas opções como gestão danosa. João Diniz (sócio n.º 2367), referiu uma divergência entre os valores apresentados nas contas relativamente à venda de emblemas e a sua experiência, afirmando ter



adquirido quatro emblemas num encontro da Associação, apesar de no relatório constar a venda de zero unidades. Esclareceu que os emblemas haviam sido efetivamente pagos e não oferecidos, manifestando, por esse motivo, dúvidas quanto à correspondência entre alguns dos valores apresentados e a realidade. Acrescentou, contudo, que considerava importante retirar ensinamentos das situações ocorridas e avançar.-----

Dulce Jóia, Secretária do Conselho Fiscal (sócia n.º 2316), esclareceu que o atual Conselho Fiscal não havia acompanhado diretamente a execução das contas da anterior Direção, tendo procedido à verificação dos documentos, da sua legalidade e do respetivo suporte documental, não tendo encontrado discrepâncias. Referiu, contudo, que algumas opções da anterior Direção poderiam ter sido tomadas com maior prudência, mencionando despesas de alojamento que, no seu entendimento, poderiam ter sido evitadas ou realizadas por valores inferiores, bem como outras despesas relacionadas com atividades da Associação. Relativamente aos emblemas de Coimbra, esclareceu que o Conselho Fiscal apenas podia pronunciar-se com base nos elementos constantes das contas, não podendo confirmar se alguma unidade havia sido oferecida. -----

A sócia Vera Oliveira, através do chat, solicitou que ficasse bem esclarecido que a indicação de que existiram más opções de gestão seria opinião pessoal e não uma conclusão formal do Conselho Fiscal.-----

António Mourão (sócio n.º 1695), defendeu a aprovação das contas, distinguindo o cumprimento das obrigações legais das opções de gestão tomadas pela anterior Direção. Salientou a importância do escrutínio dos sócios e da existência de uma oposição ativa e construtiva como elementos relevantes para uma boa governação. Através do chat, José Francisco Adegas (sócio n.º 1917), questionou por que motivo a Assembleia estava a discutir novamente as contas, considerando que estas haviam sido apreciadas pelos Conselhos Fiscais, e sugeriu que, caso subsistissem dúvidas sobre a gestão, fosse solicitada uma auditoria e se prosseguisse. O Presidente da



Mesa esclareceu que a inclusão do ponto na presente Assembleia decorria da anterior rejeição das contas e da posterior disponibilização de informação mais detalhada sobre as despesas, razão pela qual o assunto tinha de voltar a ser submetido à Assembleia Geral.-----

Submetidas as contas dos corpos sociais do biénio 2024-2026 a votação, as mesmas foram aprovadas, **com 38 (trinta e oito) votos a favor, 13 (treze) votos contra e 9 (nove) abstenções.** -----

As Contas do Biénio 2024–2026 foram APROVADAS POR MAIORIA. -----

Em relação ao ponto 4 — Plano de Atividades da Direção para 2026/2027, o Presidente da Mesa esclareceu que, por lapso, a referência temporal constante da apresentação deveria corresponder ao período de 2026/2027. Informou ainda que o Plano de Atividades se encontra publicado na página da Associação.

Através do chat, o sócio José Francisco Adegas, questionou onde se encontrava o respetivo orçamento, referindo que o artigo 15.º dos Estatutos determina a apresentação conjunta do plano de atividades e do orçamento à Assembleia Geral, e questionou se estariam reunidas as condições estatutárias para proceder à votação do ponto.-----

O Presidente da Mesa reconheceu que, formalmente, o plano de atividades e a proposta de orçamento deveriam ser apresentados conjuntamente após a tomada de posse dos Órgãos Sociais. Contudo, explicou que a atual Direção, em consequência da tomada tardia de posse e da falta de acesso aos elementos contabilísticos e às verbas disponíveis, ainda não dispunha das condições necessárias para elaborar o orçamento. Informou, assim, que o orçamento seria apresentado posteriormente, em nova Assembleia Geral, logo que estivessem reunidas as condições necessárias.

A Presidente da Direção, Fernanda Mestre, esclareceu que, desde a tomada de posse, tinham sido tomadas diligências para autenticação das atas e demais documentação e que os códigos necessários ao acesso à conta bancária haviam sido transmitidos pela anterior Direção apenas no dia 31 de agosto. Referiu que, durante



a semana seguinte, esperava reunir as condições necessárias para se dirigir ao banco e regularizar a situação. Esclareceu ainda que o Plano de Atividades havia sido elaborado pela Direção, com participação de outros órgãos sociais, responsáveis e delegados, funcionando como orientação para o trabalho a desenvolver, e que o orçamento apenas poderia ser elaborado depois de obtido acesso à conta bancária e aos dados financeiros necessários.-----

O sócio Jorge Marques, solicitou esclarecimentos sobre a demora no acesso aos elementos bancários e financeiros. Após a resposta da Direção, declarou-se esclarecido quanto ao facto de os códigos respetivos não terem sido entregues pela anterior Direção em tempo útil à atual Direção, condicionando a elaboração do orçamento.-----

O sócio Joaquim Bompastor, considerou a questão pertinente e defendeu que a informação relativa ao atraso no acesso aos elementos financeiros fosse divulgada, para conhecimento dos estudantes e, inclusive que fosse dado conhecimento, também, à Senhora Reitora.-----

Através do chat, o sócio José Francisco Adegas, voltou a questionar a votação do Plano de Atividades sem a correspondente orçamentação, tendo sido reiterado que o orçamento seria apresentado assim que a Direção dispusesse de todos os elementos contabilísticos e financeiros necessários.-----

Através do chat, a sócia Vera Oliveira questionou de que forma seriam asseguradas, no âmbito do Plano de Atividades, a inclusão e a representação dos estudantes que não participam na praxe académica ou que se identificam como anti praxe, atendendo à referência existente no documento aos grupos de tradição académica.-----

Em resposta, a Presidente da Associação, Fernanda Mestre, esclareceu que as iniciativas previstas no Plano de Atividades foram pensadas para abranger todos os estudantes, independentemente da sua participação ou não na tradição académica. Referiu que os grupos de tradição não substituem o papel da Associação Académica



e que todos os estudantes integram a mesma instituição, não existindo distinção entre estudantes de primeira e de segunda.-----

Não havendo mais intervenções, o Plano de Atividades da Direção da Associação Académica da Universidade Aberta para 2026/2027 foi submetido a votação, tendo sido aprovado com **46 (quarenta e seis) votos a favor, 8 (oito) votos contra e 6 (seis) abstenções.**-----

O Plano de Atividades da Direção da AAUAb para 2026/2027 foi APROVADO POR MAIORIA. -----

No Ponto 5 da Ordem de Trabalhos – Outros Assuntos, a Presidente da Direção, Fernanda Mestre, começou por abordar a questão do acesso à página de Facebook da Associação. Informou que, após a tomada de posse, a atual Direção não recebeu as credenciais de acesso à página anteriormente utilizada, tendo desenvolvido diligências durante cerca de quatro semanas para tentar recuperar a conta, incluindo contactos com elementos de Direções anteriores e com a plataforma Meta. Na impossibilidade de utilizar a página anterior, foi criada uma página provisória para assegurar a continuidade da comunicação com os estudantes. Fernanda Mestre solicitou expressamente que ficasse registado em ata que as credenciais de acesso à página anterior não haviam sido transmitidas à atual Direção e que estavam a ser desenvolvidos esforços para recuperar o acesso.-----

Foi ainda comunicado que a Tesoureira, Tânia Caiano (sócia n.º 1458), deixou de integrar a Direção por motivos profissionais, tendo sido referido que António Mourão (sócio n.º 1695) assumiria, oficialmente, as funções de Tesoureiro e que Fábio Oliveira (sócio n.º 1867), passaria a desempenhar formalmente as funções de Secretário de Direção. Foi igualmente comunicada a saída de Catarina de Noronha (sócia n.º 2413), na sequência da impossibilidade de efetuar a respetiva matrícula. Foi esclarecido que, com a saída de um elemento da Direção e de um Vogal, o Órgão voltou a encontrar-se constituído em número ímpar, respondendo, desta forma ao



sócio José Francisco Adegas, que questionou, no chat, a constituição da Direção com número par.-----

Fernanda Mestre solicitou expressamente que esta alteração na composição da Direção ficasse registada em ata, para conhecimento de todos.-----

Através do chat, Daniel Ferreira (sócio n.º 2508), questionou se existiam planos para alterar ou reverter as cores associadas à Licenciatura em Ciências Sociais. A Presidente da Associação, Fernanda Mestre, informou que a Direção iria reunir, no final do mês, com as lojas académicas, nomeadamente a *Copitraje* e outras entidades relacionadas com a matéria, com o objetivo de perceber a origem de divergências entre códigos e cores. Esclareceu que, caso se concluísse pela necessidade de algum ajuste, seria convocada uma Assembleia para discussão da matéria e recolha da opinião dos estudantes antes de qualquer alteração.-----

O sócio Jorge Marques reforçou a importância de os estudantes dos cursos serem consultados antes de qualquer alteração às cores, fitas ou emblemas dos respetivos cursos, salientando que as decisões relativas a cursos com elevado número de estudantes não deveriam depender apenas do número de sócios da Associação. Defendeu que a matéria fosse discutida ao nível das licenciaturas, com o apoio das respetivas coordenações, e que os estudantes fossem consultados de forma abrangente. O Presidente da Mesa registou a sugestão.-----

O sócio Joaquim Bompastor abordou a questão do regulamento do processo eleitoral, referindo que tinha na sua posse regulamentos eleitorais relativos aos períodos de 2022 e 2024 e que estes lhe pareciam estruturados. O Presidente da Mesa esclareceu que os regulamentos não se encontravam publicados na página da Associação. Joaquim Bompastor referiu ainda que também o Código do Traje Académico e o programa eleitoral relativo ao período de 2022-2024 não se encontravam disponíveis na página.-----

O Presidente da Mesa questionou se o regulamento eleitoral a que Joaquim Bompastor se referia havia sido submetido a votação em Assembleia Geral. Joaquim



Bompastor esclareceu não conseguir, naquele momento, confirmar a data ou a deliberação correspondente, embora afirmasse que o processo eleitoral de 2022-2024 se havia desenvolvido segundo esse regulamento. O Presidente da Mesa solicitou que o documento lhe fosse enviado, a fim de verificar se havia sido sujeito a votação em Assembleia Geral e, caso não tivesse sido, integrar a matéria no trabalho em curso relativo à elaboração de um novo regulamento eleitoral.-----

O Presidente da Mesa informou que, nos termos do artigo 37.º dos Estatutos, é feita referência a um regulamento eleitoral que, segundo a informação de que dispunha, não existia formalmente, considerando tratar-se de uma lacuna desde 2023. Informou ainda que se encontrava a trabalhar, com mais duas colegas, num projeto de regulamento eleitoral que seria posteriormente submetido a consulta pública, aberta a todos os estudantes e não apenas aos sócios, com vista ao seu aperfeiçoamento e posterior validação jurídica.-----

Relativamente ao processo eleitoral anteriormente realizado, o Presidente da Mesa esclareceu que o considerava encerrado do ponto de vista formal, por ter sido concluído o processo eleitoral e realizada a tomada de posse dos atuais órgãos sociais, sem prejuízo do direito dos sócios de solicitarem documentação relativa ao processo. Indicou que os documentos produzidos pela Mesa cessante deveriam ser solicitados à anterior Presidente da Mesa, Célia Álvarez, que havia produzido e registado as atas e conduzido o processo eleitoral.-----

Relativamente ao Código do Traje Académico, o Presidente da Mesa afirmou que se tratava de um documento importante para todos os estudantes, incluindo os que não participam em grupos de tradição académica, salientando que qualquer estudante universitário pode usar o traje académico sem pertencer a um grupo de tradição. Fernanda Mestre referiu que a Direção pretendia igualmente perceber as dificuldades verificadas na disponibilização das fitas e cores dos cursos e articular com as coordenações dos cursos a divulgação das respetivas cores oficiais.-----



Através do chat, a sócia Vera Oliveira solicitou que ficasse registado em ata que, enquanto sócia, havia solicitado esclarecimentos e acesso à documentação institucional da Associação e que lhe havia sido indicado que esses documentos deveriam ser solicitados à Presidente da Mesa cessante. Esclareceu que o seu pedido se prendia exclusivamente com questões de transparência e acesso à informação da Associação. O Presidente da Mesa declarou que o pedido ficaria anotado e registado em ata, esclarecendo que as atas, os documentos relativos à constituição da Comissão Eleitoral e demais documentação das Assembleias constituem documentos da Associação e não documentos pessoais da anterior Presidente da Mesa.-----

Cristina Amorim (sócia n.º 1826), questionou a existência de um arquivo da Associação, a sua tutela e a forma de acesso às atas, defendendo que o acervo documental deveria permitir aos membros, antigos e atuais, conhecer a história da Associação e confirmar os factos anteriormente ocorridos. O Presidente da Mesa informou que as atas manuscritas existentes se encontram em arquivo e que têm sido transmitidas de Presidente da Mesa para Presidente da Mesa. Assumiu o compromisso de desenvolver esforços para que as atas produzidas em formato digital fossem novamente disponibilizadas na página da Associação.-----

Foi também esclarecido que a página da Associação não tinha, naquele momento, as atas publicadas e que a atual Direção se encontrava a reunir a informação existente. Fernanda Mestre referiu que a alteração e renovação da página da Associação havia provocado a perda ou indisponibilidade de alguma informação anteriormente publicada. A sócia Cristina Sousa (sócia 2361), referiu que, quando entrou na Associação e procurou informação, as atas e o Código do Traje Académico se encontravam disponíveis na página, tendo posteriormente deixado de estar acessíveis após a remodelação da mesma.-----



O Presidente da Mesa reiterou o compromisso de recuperar e voltar a inserir o Código do Traje Académico e de proceder à disponibilização das atas na página da Associação. -----

Joaquim Bompastor informou ainda que, no decurso da reunião, havia enviado os dois regulamentos eleitorais, correspondentes a 2022 e 2024, tendo o Presidente da Mesa indicado que seria necessário consultar as datas e verificar se os mesmos haviam sido sujeitos a votação em Assembleia Geral.-----

Não havendo mais intervenções, foi solicitado aos sócios que procedessem regularmente à atualização dos seus dados pessoais na plataforma da Associação Académica e que autorizassem o envio de newsletters mensais, com o objetivo de assegurar uma comunicação mais direta e célere com os sócios, nomeadamente para efeitos de convocação das Assembleias Gerais.-----

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão, agradecendo a participação assertiva, de todos.

A sessão foi encerrada pelas vinte e duas horas e vinte e seis minutos (22h26).

11 de setembro de 2026

O Presidente da Mesa da A.G.

A Vice Presidente da Mesa da A.G.



Assinado por: António Fernando
da Silva Tavares
Identificação: BI03588731
Data: 2026-09-14 às 15:27:27